



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### Ata n.º 8

### 2.ª Sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 28 de maio de 2018

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Portalegre e no Auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre com a presença dos seguintes membros: Luís David Trindade de Moreira Testa, Ricardo Jorge da Costa Trindade Palmeiro Romão, Hugo Chichorro e Silva Capote, Joaquim Francisco da Silva Barbas, Miguel Alexandre Ferreira Monteiro, Maria da Conceição Ceia Miranda, Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas, Adriano Dias Pedro, Amândio José Valente e Valente, Fernando António Rebola, José Pinto Leite, Luís Miguel Crespo Carvalho, Maria do Rosário Palhas Narciso, Rosa Maria Vieira Correia Pinheiro, Marco Antunes (em substituição de Cristiana Mafalda Silveira Camejo, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Carla Lucinda Raposo Mocito, José Cordas Barradas, Diogo Júlio Cleto Serra, João Pedro Meira, Ana Catarina Vilhais, João Manuel Batista Vivas, Luís Miguel Ricardo, Henrique Manuel Esteves Santinho, Jaime Alexandre da Silva Fitas, Bruno José Marchão Calha, Francisco Manuel Frutuoso Carriço, Francisco José Meira Martins da Silva.-----

O Presidente da mesa, Luís Testa, deu início aos trabalhos, eram vinte e uma horas. Verificou-se a existência de quórum e, sendo aquela uma sessão extraordinária, disse que não haveria lugar à intervenção do público. -----

#### **ORDEM DO DIA:**

#### **1 – Proposta de minuta de contrato programa com a Fundação Robinson/ Funcionamento 2018;**

- Deliberação de 08.05.2018 -

A Presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes e disse estar disponível para responder às perguntas que lhe fossem colocadas, relativamente ao documento em questão. -----

No uso da palavra Marco Antunes (PSD) solicitou esclarecimento à Presidente da Câmara acerca da declaração de voto que tinha sido feita por um dos membros do Conselho de Administração da Fundação Robinson, a qual gostaria que fosse dada a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

conhecer aos membros daquela Assembleia Municipal. Por outro lado, referiu que, para o funcionamento da Fundação Robinson, toda a comparticipação que a Câmara pudesse prestar era uma mais valia. No entanto, a principal preocupação era que, só em despesas correntes do ano 2017, naquela Fundação gastaram-se cento e setenta mil euros.

Saliu que a dotação da Câmara Municipal importava em cerca de cento e vinte mil euros, para as despesas de funcionamento da Fundação. Tal facto parecia-lhe insuficiente e embora não duvidasse das capacidades de gestão do Conselho de Administração da Fundação, possivelmente iriam encontrar outra forma de financiar aquelas despesas correntes.

Portanto, parecia-lhe insuficiente o valor que a Câmara estava a dotar e gostaria de saber o porquê.

Perguntou ainda se era verdade que os valores em dívida da Câmara, até à data, para com a Fundação Robinson ascendiam a aproximadamente seiscentos e cinquenta mil euros. Se sim, quando é que a autarquia previa reembolsar aqueles valores?-----

Miguel Monteiro disse que a bancada do PSD tinha ali introduzido algo bastante relevante. A bancada do PS desconhecia a existência daquela declaração de voto e subscreviam a proposta anteriormente feita, para que a declaração fosse disponibilizada à Assembleia Municipal e solicitou que a mesma acompanhasse a ata. Em nome do seu grupo municipal, no que respeitava à intervenção política sobre o ponto, reservava a mesma declaração de voto que iria ser apresentada pelo PS, expressando a opinião sobre o contrato programa a estabelecer entre a fundação e o município de Portalegre.

Mais referiu que havia ali questões que tinham a ver com a execução do plano de atividades da Fundação que não estavam devidamente esclarecidas no contrato, tendo em conta a percentagem de execução daquele plano de atividades, e que justificavam as transferências que a Câmara venha a efetuar para a Fundação. Era importante que fosse monitorizado e que a breve trecho fizessem chegar à Assembleia uma calendarização das atividades, para que o contrato não fosse algo que não estivesse bem definido. Referiu, inclusive, a questão da avaliação, em sede de SIADAP, dos funcionários que estavam integrados na Fundação e que, anteriormente, eram funcionários do Município, e que merecia algum esclarecimento adicional. -----

O Presidente da mesa, a respeito da declaração de voto atrás mencionada, perguntou se havia forma de ali a fazerem chegar aos membros, através da mesa daquela Assembleia, para que pudessem ter base documental de discussão. -----

Hugo Capote reforçou o facto de que sem aquele contrato programa não podia haver transferência de verbas para a Fundação Robinson, o que faria recair sobre o Conselho de Administração, recentemente eleito, qualquer incumprimento legal que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

dali adviesse. Presumia que, apesar de a Fundação estar nos moldes em que estava, alguém de boa fé desejasse que tal viesse a acontecer.

Perguntou se a transferência dos trinta e cinco mil euros seria feita até ao dia onze de maio. Solicitou esclarecimento acerca do termo descrito na cláusula primeira do ponto terceiro: “Rede de património de Portalegre, que engloba a existência do património edificado e património móvel de especial valia histórica e artística, assumindo o património edificado, numa dimensão cultural mais ampla, incorporando, para além do artístico, o imaterial.”

Por último, perguntou se os novos estatutos da Fundação Robinson já estavam de acordo com aquilo a que a legislação obrigava.-----

A Presidente da Câmara salientou que, efetivamente, o documento era imprescindível e urgente, esperando que ninguém pusesse em causa que o mesmo teria de ser validado, caso contrário ficariam comprometidas as transferências para a fundação. Quanto ao valor da transferência do contrato programa para a Fundação Robinson, articulou com o Presidente do Conselho de Administração e o próprio fez chegar um documento aos curadores, em que referia que os cento e vinte mil euros seriam suficientes.

Quanto à declaração de voto, pensava que a mesma tivesse ido com a ata da Câmara e lamentou o lapso. Seria entregue cópia ainda durante a sessão.

Referiu que a dívida dos setecentos mil euros teria de ser bem analisada pelo executivo camarário, porque a mesma não tinha sido deliberada e, portanto, não era dívida.

Em relação à questão dos trinta e cinco mil euros, disse não terem sido ainda distribuídos porque incorreriam numa ilegalidade se tal acontecesse. Primeiro teriam de ser ali também deliberados.

Disse que, de facto, a Fundação em dois mil e sete, entrou para uma rede de património, da qual também faziam parte os museus municipais e a catedral de Portalegre. A rede valorizava, não só toda a componente do edificado, mas também a componente imaterial que estava agregada ao património. Foi daquele modo que se desenvolveram algumas atividades ao longo de alguns anos, e que foram lançadas brochuras inerentes às associações culturais.

Tinha noção de que, nos últimos anos, a Fundação Robinson tinha estado parada e tal facto não era desejável e estava-se agora a mudar de página. Além de que, já tinha pedido ao conselho para que, rapidamente, fossem registados os estatutos da Fundação. Já tinham ido à reunião de Câmara e à Assembleia, teriam de ser ainda aprovados pelo Conselho de Administração e, posteriormente, seguiriam os trâmites legais. A questão era prioritária e estavam a fazer esforços para tal.-----

Hugo Capote perguntou se seria possível votar uma recomendação a propósito daquele ponto.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O Presidente da mesa disse que seria útil que fosse dado conhecimento prévio e ser colocada à consideração da próxima reunião da próxima Assembleia Municipal (junho), sem se perder o objetivo da mesma. -----

### **2 – 1.ª Alteração do mapa de pessoal de 2018 da C.M.P. no âmbito do PREVPAP;** - Deliberação de 23.05.2018 –

O Presidente da mesa disse que os pontos dois e três podiam ser debatidos em conjunto.-----

A Presidente da Câmara disse que pelo facto de terem estado com excesso de endividamento não puderam contratar pessoas. Tinham áreas que estavam e continuavam deficitárias, que iriam tentar colmatar brevemente. Salientou que a autarquia tinha várias pessoas a ocupar postos permanentes, já há vários anos, mas que estavam em situação de precariedade. Com o enquadramento na lei, tinham agora a possibilidade de regularizar a situação. Contudo, nem todos seriam abrangidos, mas iriam começar pelos recibos verdes, independentemente de serem incluídos por aquela norma. A proposta inicial contemplava quarenta e um postos de trabalho que, na esmagadora maioria, eram operacionais das áreas em que a autarquia tinha maior deficiência efetiva. Também abrangia os sapadores, porque necessitavam de duas equipas completas, além de que o técnico do Gabinete Florestal estava já há dez anos a ocupar o posto de trabalho, sem ter a situação regularizada. Acrescentou que o impacto orçamental, para o ano, seria de cerca de cento e oitenta mil euros. Relevou que, anualmente, a autarquia estava a gastar uma média de duzentos e noventa e oito mil euros com os recibos verdes. A questão era difícil de gerir e, futuramente, todos teriam a ganhar não só em termos de estabilidade, como de rentabilidade e também de cultura, na própria organização. -----

Miguel Monteiro louvou a iniciativa legislativa, que tinha sido do Partido Socialista, com o contributo das forças políticas que, no âmbito da Assembleia da República, melhoraram a proposta apresentada. A medida já tinha tido um impacto significativo nos precários existentes na Administração Central do Estado e que pôde ser alargada aos municípios. No caso de Portalegre, era uma medida importante, do ponto de vista operacional, tendo em conta a impossibilidade da Câmara Municipal recorrer a outros instrumentos que pudessem regularizar a situação dos precários. -----

Hugo Capote reforçou que aquela tinha sido uma questão com que a CDU se tinha batido, em sede da Assembleia da República, contribuindo, quer na estrutura de suporte ao governo existente, quer ali no trabalho de regularizar as situações precárias.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Apesar daquele esforço meritório, a maior parte das estruturas e da capacidade operacional da Câmara iria manter-se deficitária, porque a autarquia estava apenas a pegar em situações de funcionários que já estavam a trabalhar, em situações de precariedade. Portanto, em termos de capacidade operacional e força de trabalho, o ganho era relativo. Pelo que se apercebeu, apenas sete operacionais entravam para a área do ambiente e eram os únicos novos, pois os restantes já existiam. -----

Joaquim Barbas perguntou à Presidente da Câmara se as situações dos recibos verdes ficariam todas resolvidas. Em relação à alteração ao mapa de pessoal, e às questões da mobilidade existentes, com técnicos da autarquia, perguntou se também iriam ser resolvidos. -----

A Presidente da Câmara, em relação ao PREVPAP, disse que ficavam regularizados vinte e seis funcionários e iriam abrir concurso para mais quinze operacionais (cemitério, educação, cultura e ambiente). Não ficavam com todos os funcionários que desejariam, mas tinha a consciência que teria de ser feito gradualmente, pois havia implicações orçamentais. Relativamente aos auxiliares de educação, salientou o facto de que o Estado apenas pagava quinze e a Câmara estava a pagar vinte e cinco, que não eram da sua competência.

Em junho e julho estava previsto sentarem-se à mesa com o Ministério da Educação para renegociarem as competências

Aquele mapa de pessoal tinha a ver com o âmbito do PREPAV e a abertura de novos concursos, mas não estava ali incluída a questão da mobilidade. A mobilidade estava nas grandes opções do plano e seria assumida pela autarquia, na altura do fim do ano e teria de ir à Assembleia Municipal. -----

Joaquim Barbas disse que o PSD se congratulava com aquela iniciativa de se ter acabado com os recibos verdes. Obviamente que a ideia era que todos fossem integrados. Quanto à mobilidade, esperava que não passasse muito tempo até a autarquia resolver a questão. -----

### **3 - Programa de regularização de vínculos precários (PREVPAP) – designação dos postos de trabalho para abertura de procedimentos concursais – Para conhecimento;**

- Deliberação de 23.05.2018 –

### **4 - Proposta - Procedimento concursal - cargo de direção intermédio de 2.º e 3.º grau - designação de júri.**

- Deliberação de 23.05.2018 -



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Presidente da Câmara disse que a Câmara Municipal de Portalegre tinha algumas chefias em regime de substituição e, de acordo com a lei, dispunham de noventa dias para regularizar a situação. Teriam de mexer no organigrama da autarquia, mas também não podiam esperar que a nova estrutura fosse à reunião do executivo e à Assembleia, ficando com um impasse por resolver. O concurso englobava quatro chefias de segundo grau e mais uma de terceiro. Atempadamente, levariam ali a proposta de alteração da estrutura da Câmara Municipal. Não lhes foi possível apresentá-las em simultâneo.-----

=====

### **DELIBERAÇÕES:**

#### **1 – Proposta de minuta de contrato programa com a Fundação Robinson/ Funcionamento 2018;**

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

#### **Declaração de voto – PS (Miguel Monteiro)**

“O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Portalegre vota favoravelmente a proposta de minuta de contrato programa com a Fundação Robinson. Ao fazê-lo estamos a dar uma oportunidade, talvez mesmo a derradeira, para que finalmente se clarifique aquilo que até agora tem sido tudo menos claro e transparente. Que se esclareça, de uma vez por todas, qual o montante que a Câmara Municipal de Portalegre tem em dívida para com a fundação ou, se ao contrário, foi a Fundação Robinson que ao longo da sua história financiou a sua atividade com meios financeiros da Câmara e sem fundamentação legal para esse efeito.

Que se apure essa realidade, que se regularize e que se proporcione ao novo Conselho de Administração da Fundação Robinson a possibilidade de um novo início, de um começar do zero, com contas saldadas e com um instrumento de financiamento, este contrato programa, que lhe permita finalmente colocar em prática um plano de atividades que honre os desígnios que levaram à constituição desta fundação.

O grupo municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Portalegre, com o sentido de voto que hoje manifestamos, está a dar o benefício da dúvida a quem lidera os destinos da fundação, ao seu Conselho de Administração, não inviabilizando esta nova e derradeira oportunidade.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Este voto e este contrato programa não são um cheque em branco passado à fundação nem à forma de relacionamento institucional da Câmara Municipal com a mesma.

Os eleitos do PS na Assembleia Municipal de Portalegre estão empenhados em continuar o seu permanente escrutínio ao funcionamento e atividade desta instituição esperando que sejam disponibilizados a esta Assembleia os meios necessários para que tal se concretize, algo que manifestamente não tem acontecido até agora.

Votamos a favor porque queremos um novo começo.

Votamos a favor porque esta é a última oportunidade.

Votamos a favor pelo superior interesse do município de Portalegre, de Portalegre e dos portalegrenses.”

### **Declaração de voto – PCP/PEV (Hugo Capote)**

“Aprovamos o contrato programa apresentado, dando um voto de confiança à nova administração, esperando que dignifique a Robinson, no que respeita ao seu património material e imaterial, que respeite os valores primeiros da sua constituição, ou seja, a prossecução de ações de ordem cultural, educativa, social e da ciência, bem como a preservação de espólios do arqueológico e industrial da corticeira Robinson e de qualquer outro espólio, de cuja preservação lhe seja confiada.

No entanto, aconselhamos que o futuro contrato programa seja revisto, garantindo a missão da fundação, dentro das suas portas, trabalhando em rede, se necessário, mas clarificando que a rede de património de Portalegre não deverá ser nunca usada como corredor de passagem de fundos para áreas estranhas ao seu objeto, evitando que o dinheiro da fundação ande a circular e que não seja empregue naquilo que não é a sua missão de preservação do património da fábrica da rolha e que esta se transforme numa mera empresa de gestão de equipamentos materiais e imateriais da cultura.

Esperamos ainda que a auditoria financeira à fundação Robinson seja, finalmente, realizada, colocando de parte todas as dúvidas em relação à sua gestão.”

### **2 – 1.ª Alteração do mapa de pessoal de 2018 da C.M.P. no âmbito do PREVPAP;**

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto.-----

### **3 - Programa de regularização de vínculos precários (PREVPAP) – designação dos postos de trabalho para abertura de procedimentos concursais – Para conhecimento;**





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

**4 - Proposta - Procedimento concursal - cargo de direção intermédio de 2.º e 3.º grau - designação de júri.**

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto.-----

**Aprovação em minuta:**

O Presidente da Mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à minuta da ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

**FALTAS:** Não houve faltas a registar. -----

**ENCERRAMENTO:**

=====

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da mesa, encerrada a sessão extraordinária da Assembleia Municipal, eram vinte e duas horas do dia vinte e oito de maio do ano de dois mil e dezoito, da qual foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei. -----



## Declaração de Voto

Considerando que as Despesas Correntes suportadas em 2017 pela Fundação Robinson foram de 167.970,06€, de acordo com o quadro em anexo 1

Considerando que não é previsível uma redução das despesas correntes em 2018 relativamente as que foram efetivamente registadas em 2017.

Considerando ainda o valor das dívidas vencidas e que se estimam neste momento no valor de 1.068.793,25€, de acordo com o quadro em anexo 2.

Considerando que existem candidaturas aprovadas em sede de Portugal 2020, que importa concretizar nomeadamente a salvaguarda das Chaminés da Fabrica Robinson.

Considerando que existem dividas por regularizar junto da Fundação Robinson por parte da CMP, no valor contabilizado de 767.048,19€, de acordo com o quadro em anexo 3.

Considerando que cabe a CMP enquanto socio instituidor maioritário da Fundação Robinson, e principal beneficiário dos investimentos que desde 2006 têm sido promovidos pela FR em todo o concelho de Portalegre entre os quais se destacam obras como por exemplo do Centro de Congressos, garantir o reembolso dos compromissos financeiros que por instrução direta da CMP ou por via dos administradores por si nomeados têm sido assumidos ao longo dos anos, nomeadamente junto da Caixa Geral de Depósitos, MRG, Barclays/Bankinter, Agência para o Desenvolvimento e Coesão e ICTVR, assim como salários e responsabilidades inerentes com a Segurança Social.

Considerando que face ao acima referenciado se mostra o valor de 120.000€ para 2018, claramente insuficiente para a solvência dos compromissos assumidos em momentos anteriores a 2018-04-09.

O Conselho de Administração reunido em 2018-04-19, aprovou o valor do contrato programa para 2018, mas recomenda a Ex/ma Sr.ª Presidente bem como a todo o executivo municipal:

- Alteração das datas de pagamento previstas no contrato programa em ordem a garantir o regular cumprimento das responsabilidades financeiras
- Rever o valor previsto no contrato programa para 2018, já neste contrato ou em adenda a aprovar até 2018-06-30
- Informar sobre calendarização de pagamentos para solvência das responsabilidades entre 2018-07-01 e 2021-09-30
- Informar sobre disponibilidade para garantia da contrapartida nacional em candidaturas fundos comunitários

Portalegre, 19 de Abril de 2018

Assinado por : **ARMANDO JORGE MENDONÇA VARELA**

Num. de Identificação Civil: B1069916373

Data: 2018.04.24 11:52:37 Hora de Verão de GMT



CARTÃO DE CIDADÃO

## Anexo 1

	Ano 2017
<b>Fornecimentos e Serviços Externos:</b>	<b>13 189,03 €</b>
624 - Eletricidade - Igreja de São Francisco	3 896,91 €
6262 - Comunicação - TMN e PT	1 203,56 €
277001- Trabalhos Especializados - MCA	2 380,94 €
22111080-Trabalhos Especializados - Interpret	343,90 €
22111147-Trabalhos Especializados - Saphety	615,00 €
22111139- Trabalhos Especializados - Extinsor - Manutenção de extintores	49,20 €
22111079- Trabalhos Especializados - ThyssenKrupp Elevadores	1 542,21 €
22111003-Trabalhos Especializados - Gabipor	3 157,31 €
<b>Gastos c/ Pessoal:</b>	<b>108 290,03 €</b>
63 - Funcionários	108 290,03 €
Pagamento ao IEFP / CEI-Património	0,00 €
<b>Outros gastos operacionais:</b>	<b>8 604,02 €</b>
Quotas CPF	500,00 €
Outros	8 104,02 €
<b>Gastos financeiros:</b>	<b>37 886,98 €</b>
69116 - Juros bancários CGD	31 700,56 €
69118 - Juros bancários QREN-EQ	1 820,35 €
681331/62272 - Despesas/ comissões/Imposto Selo	4 366,07 €
<b>TOTAL</b>	<b>167 970,06 €</b>

Credores	Divida Total		DO	Divida Liquida
<b>MRG</b>				
Divida inicial	250 000,00 €			
Pagamentos efetuados por conta da divida até 2014	105 200,00 €			
Processo em divida em 2018	144 800,00 €			
Valor dos juros até 2016-02-29 (informação recebida em 2016-03-10)	166 991,25 €			
Valor global da divida		311 791,25 €		311 791,25 €
<b>Bankinter</b>				
Valor em divida	68 595,00 €			
Juros já debitados	54 594,00 €			
Valor global da divida		123 189,00 €		123 189,00 €
Penhora registada sobre um dos edificios				
<b>BEI</b>				
Valor da divida	42 592,00 €	42 592,00 €		42 592,00 €
Pagamento previsto até 2022				
Hipoteca voluntaria sobre a edificio principal				
<b>CGD</b>				
Valor em divida	565 000,00 €	565 000,00 €		565 000,00 €
Cauções para garantia de obras				
Valor	26 221,00 €	26 221,00 €	26 221,00 €	- €
<b>Valor acumulado da divida</b>		<b>1 068 793,25 €</b>	<b>26 221,00 €</b>	<b>1 042 572,25 €</b>

Anexi 3

Valores de Funcionamento	Por Receber
Ano/2012	75 290,72 €
Ano/2013	0,00 €
Ano/2014	54 022,79 €
Ano/2016	101 539,32 €
<b>Total</b>	<b>230 852,83 €</b>

Contrato de Programa conforme deliberações CMP e AMP em	438 016,46 €
---	--------------

Empréstimos ao ICTVR entre 2010-12-30 e 2012-03-30	98 178,90 €
--	-------------

<b>Dívida CMP</b>	<b>767 048,19 €</b>
-------------------	---------------------